



# ACTAS

TOMO I

**Memória Histórica: História da Família, Genealogia e Heráldica  
Arquivos e Documentação Familiar**

30 de Novembro a 2 de Dezembro de 2017

**CASA DAS ARTES**

ARCOS DE VALDEVEZ



## **Ficha Técnica**

Título:

**Actas do 5.º Congresso Internacional  
Casa Nobre – Um património para o futuro**

Edição:

**Município de Arcos de Valdevez**

Data:

**Novembro de 2020**

ISBN:

**978-972-9136-87-0**

[Título: Actas do 5.º Congresso Internacional Casa Nobre – Um Património para o Futuro  
Arcos de Valdevez, 30 de Novembro a 2 de Dezembro de 2017]

[Autor: Vários]; [Co-autor(es):]; [Suporte: Eletrónico]; [Formato: PDF / PDF/A]

# Arquivos e Documentação Familiar





# O ARQUIVO DA FAMÍLIA OLIVEIRA PIMENTEL, DE TORRE DE MONCORVO (SÉCULOS XVII-XIX): CLASSIFICAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO

ANA MARGARIDA DIAS DA SILVA  
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra  
Centro de Ecologia Funcional, Universidade de Coimbra  
anasilva@fl.uc.pt

## INTRODUÇÃO

O Arquivo da Família Oliveira Pimental, de Torre de Moncorvo, encontra-se salvaguardado no Departamento de Ciências da Vida da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, por motivos que ainda não conseguimos apurar.

A aprovação do projeto “*O Arquivo Pessoal e Familiar do Visconde de Vila Maior – preservar memória, divulgar o passado*” pela Fundação Calouste Gulbenkian no âmbito do “Concurso de Recuperação, Tratamento e Organização de acervos documentais”, em junho de 2015, foi determinante para a boa execução deste trabalho. Com os objetivos de restaurar e preservar, organizar e descrever, digitalizar e divulgar toda a documentação, o projeto decorreu entre 6 de outubro de 2015 e 30 de novembro de 2016.

Situado cronologicamente entre 1624 e 1881, o Arquivo da Família Oliveira Pimentel, maioritariamente em suporte papel mas também com documentos em pergaminho, integra informação/documentação de 13 membros da família, aqui listados alfabeticamente: Ana Benedita de Oliveira Pimentel, António José Claudino de Oliveira Pimentel, Cândido Augusto de Oliveira Pimentel, Francisco Manuel de Borja de Oliveira Pimentel, Francisco Manuel Justiniano de Oliveira Pimentel, João Carlos de Oliveira Pimentel, Jorge Artur de Oliveira Pimentel, José Luís Henriques de Oliveira Pimentel, Justiniano Claudino de Oliveira Pimentel, Luís Cláudio de Oliveira Pimentel, Maria Joaquina de Oliveira Pimentel, Umbelina Rita de Oliveira Pimentel, Júlio Máximo de Oliveira Pimentel, e Violante Engrácia da Silva Torres. Em paralelo, existe ainda informação/documentação da Casa de Nogueira e da Comenda de Santa Maria, bens administrados pela família.

Partindo dos pressupostos de uma visão sistémica aplicada aos arquivos de família, utilizam-se as palavras de Armando Malheiro da Silva para caracterizar o arquivo de família como um “*Sistema de Informação organizado ou operatório cujo pólo estruturante e dinamizador é uma entidade – a Família*” (Silva, 2004: 60). Devido à complexidade e heterogeneidade da documentação analisada optámos pela elaboração de um catálogo<sup>1</sup>. Ao fazermos o sumário de todos os documentos pudemos estabelecer as relações entre a documentação produzida e/ou recebida e os seus produtores ou detentores, aplicando o princípio da procedência, ao mesmo tempo que nos permitiu estabelecer relações de parentesco entre

---

<sup>1</sup> A descrição arquivística ao nível do catálogo do arquivo da Família Oliveira Pimentel pode ser consultada aqui: <http://pesquisa.auc.uc.pt/details?id=286532>.

os elementos da família representados na documentação analisada e perceber a estrutura orgânica deste Sistema de Informação Familiar já que “*Todo o SIF(AP) se baseia, estruturalmente, num contrato bio-social*” (Silva, 2004: 71). Este procedimento foi conseguido paralelamente com o recurso a obras genealógicas que auxiliaram na determinação dessas relações de parentesco e familiares para que pudéssemos entender de que forma se constituía o Sistema de Informação em estudo. Foi possível, então, perceber por que é que alguma documentação que à primeira vista não parecia estar relacionada se encontrava neste Sistema de Informação. As políticas de casamento devem ser analisadas cuidadosamente pois estas constituem, não raras vezes, Subsistemas uma vez que trazem consigo documentos pertencentes a outras famílias que passam a integrar o Sistema de Informação principal. A elaboração de catálogo e consulta de obras genealógicas foram os procedimentos centrais da metodologia aplicada a este trabalho que permitiram a elaboração de um Quadro Orgânico-Funcional, que se apresenta no final.

Paralelamente, seguiu-se a aplicação das ISAD(G) aos arquivos de família com um enquadramento da história familiar no campo Âmbito e Conteúdo, assim como da Organização e Ordenação e da Documentação relacionada.

O objetivo deste trabalho visa, então, a organização, a descrição e a recuperação da informação desta família moncorvense.

## 1. ARQUIVOS PRIVADOS DE PESSOAS OU FAMÍLIAS

Os autores que têm versado sobre os arquivos de família são unânimes em considerar que é um tema pouco explorado e que é reduzido o número de trabalhos teóricos sobre esta matéria. De facto, também nós não encontramos muitos trabalhos teóricos sobre arquivos de família, havendo, no entanto, alguma bibliografia que apresenta casos de estudo e apresentação de trabalhos realizados sobre arquivos pessoais ou familiares.

Veremos que a posição face aos arquivos de família no nosso país se divide em duas linhas de reflexão: uma mais tradicional que encara, muitas vezes, os arquivos familiares como coleções ou espólios, e outra que pretende integrar os arquivos de família na Ciência da Informação, entendendo-os como um Sistema de Informação, procurando aplicar a teoria sistémica ao seu tratamento. Muito embora estas duas perspetivas se afastem em alguns pontos, ambas defendem a necessidade de legislação adequada relativa aos arquivos de família, ambas procuram na genealogia uma base de apoio para o entendimento da organicidade inerente a este tipo de informação e para a compreensão das relações familiares e do contexto de produção e acumulação da documentação, ambas reconhecem a complexidade existente neste grupo de arquivos.

Pedro Abreu Peixoto e Armando Malheiro da Silva são os autores que mais têm contribuído para o desenvolvimento de bases teóricas que auxiliem os arquivistas, ou cientistas da informação, no tratamento dos arquivos de família.

O primeiro tem chamado a atenção para o valor dos arquivos de família, nomeadamente no seu artigo “Aspectos essenciais para o Desenvolvimento de uma Política de Arquivos Privados. Os Arquivos de Família” (Peixoto, 1994). Distingue arquivos pessoais de espólios, entendendo-os como algo distinto. Apesar de muitas vezes ser considerado como um arquivo privado, o autor realça que há épocas em que tal distinção não é tão clara assim, e que não raras vezes se encontram elementos públicos em documentos privados. Defende que o arquivo de família deve ser visto como um produto de agentes privados mas que podem conter documentos de índole pública. Destaca ainda a importância de arquivos pessoais e de família para estudos de história local e defende uma maior disponibilização dos arquivos através de inventários, guias

de arquivo, microfilmagem, etc. Contudo, discorda da “obrigatoriedade” de recenseamento dos arquivos particulares, defendendo, pelo contrário, um caminho de promoção cultural e científica dos mesmos. Refere a necessidade de uma política de aquisições, doações e depósitos, juntamente com elaboração de legislação adequada, de forma a gerar um clima de confiança entre proprietários de arquivos e os serviços de arquivo. Paralelamente, elaborou um texto normativo adaptando a aplicação das Normas ISAD(G) à descrição arquivística dos arquivos de família.

Noutro artigo da sua autoria, Abreu Peixoto critica a pressa na adoção da perspectiva da Ciência da Informação dedicada aos arquivos. Defende a necessidade de uma política nacional relativa aos arquivos privados e de família, para o que é necessário definir o que se entende por “Arquivo de Família” (Peixoto, 2002). O autor questiona a própria noção de arquivo aplicada aos arquivos de família, perguntando se se, com maior propriedade, não se deveria falar em coleção, devido à heterogeneidade muitas vezes encontrada. Abreu Peixoto critica o contributo dado por Armando Malheiro da Silva, entendendo que este autor faz apenas uma “engenharia de nomenclaturas”, afirmando que a teoria que desenvolve na organização dos arquivos não é mais do que aquilo que já vem proposto nas normas internacionais. No entanto, reconhece-lhe o mérito e trazer a discussão sobre a prática arquivística para o seio do mundo universitário. Aponta a dificuldade em concretizar a realização de um recenseamento dos arquivos de família, embora seja fundamental saber o que existe, onde e quem detém arquivos familiares em Portugal. Dá como exemplo o caso francês, defendendo a criação de um modelo semelhante no Instituto Nacional de Arquivos/Torre do Tombo, ou seja, a existência de um serviço dedicado aos arquivos privados. Tal como no anterior artigo, volta a defender uma política nacional para os arquivos de família, dando ênfase ao papel que o Estado deve assumir na aquisição deste grupo de arquivos, quer através da compra como da doação, doação ou regime de depósito. Paralelamente, entende que deve ser prestado todo o apoio técnico aos detentores de arquivos privados e familiares. Defende a necessidade de uma legislação específica dedicada a esta matéria e a criação de um centro de documentação de arquivos de família.

No artigo “Os Arquivos de Família”, Abreu Peixoto fala da criação de um manual elaborado pelo Instituto Português de Arquivos com vista o auxílio na organização e descrição dos arquivos de família (Peixoto, 1991). Defende a colaboração entre particulares e instituições públicas, por um lado com a disponibilização do tratamento da documentação e elaboração de instrumentos de pesquisa e, por outro lado, com o depósito do arquivo familiar numa instituição onde poderá encontrar melhores condições de conservação, ter tratamento por profissionais especializados e onde serão elaborados instrumentos de pesquisa que darão a conhecer melhor a documentação quer à família quer à sociedade. Receia que a manutenção do arquivo no seio familiar contribua para a sua dispersão e destruição, principalmente aquando das heranças. A “entrega” do arquivo familiar a uma instituição credenciada, como refere, permitiria a preservação e salvaguarda da memória dos antepassados.

Já Armando Malheiro da Silva considera que os arquivos familiares e pessoais são um sistema de informação organizado ou operatório uma vez que se desenvolvem em torno de uma entidade dotada de organicidade: a família. O autor defende a utilização de um Quadro Orgânico-Funcional que permite uma aproximação mais real ao contexto de produção da informação, que pretende igualmente que seja o mais interativo e dinâmico possível, ao mesmo tempo que postula a criação de instrumentos de pesquisa o mais preciso, pormenorizados e incisivos possível, nomeadamente a elaboração de índices e catálogos. Concorde com Abreu Peixoto na defesa pela necessidade de enquadramento legal relativamente à incorporação de acervos familiares e pessoais para que não existam perdas, dispersão ou o seu total desaparecimento. Defende a contextualização e disponibilização mais rigorosa da informação acumulada e incorporada (daí a vantagem na produção de catálogos). Defende a análise do particular ao geral, que permite subir de escala, uma vez que se aprofunda a natureza da informação gerada e recebida, o que

permite fazer a comparação dos resultados, confirmando ou não a hipótese de partida. Critica ferozmente “a prática arquivística baseada na coisificação e na patrimonialização dos documentos” pelo simplismo e ausência de carácter e espírito científico que promovem. Critica também a atribuição de valores ao documento de arquivo, aspeto defendido por Abreu Peixoto que faz a subdivisão da documentação segundo o seu valor patrimonial, documentação comprovativa de prerrogativas sociais e documentação pessoal.

Armando Malheiro da Silva baseia os seus estudos no método quadripolar, através da operacionalização do polo epistemológico, polo teórico (onde formula a hipótese inicial), polo morfológico (procura de criação de instrumentos de pesquisa o mais perfeitos e pormenorizados possível) e o polo técnico (análise e avaliação dos resultados).

## 2. CLASSIFICAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO EM ARQUIVOS DE FAMÍLIA

A classificação surge como forma de representação e recuperação da informação. Entende-se que a classificação aplicada aos arquivos (públicos e privados, institucionais, pessoais e/ou familiares) não pode estar dissociada do contexto de produção, é por isso que se reconhece a importância dos estudos biográficos e genealógicos como base de trabalho num arquivo pessoal e/ou familiar, reveladores de uma realidade única, que não se coaduna com classificações apriorísticas.

A NP 4041 define um quadro de classificação como um “esquema de organização de um acervo documental ou de um arquivo intermédio ou definitivo, observando os princípios da proveniência e do respeito pela ordem original, para efeitos de descrição arquivística e/ou instalação.” No objeto de estudo em causa não foi possível determinar a ordem original devido a um arranjo *à posteriori* feito por uma historiadora.

O estudo biográfico realizado inscreve-se no pressuposto que para a Arquivística a “correlação entre a atividade e o documento que a viabiliza (e que, por isso, lhe serve de prova) é crucial e constitui o núcleo básico dos procedimentos que conferem à área carácter científico, distinguindo-a, inclusive, de outras disciplinas com as quais tem sido frequentemente associada” (Camargo, 2009: 31).

Armando Malheiro Silva (1997) pugna pela cientificidade da classificação em arquivos pessoais e familiares assente num modelo teórico-prático que procura uma fiel reconstituição do “contexto orgânico funcional originário”. Este pressuposto significa uma rejeição total por qualquer aplicação de quadros apriorísticos e uma valorização dos estudos genealógicos e biográficos, sublinhando “a importância de construir quadros de classificação que, mais do que facilitar a recuperação de informação, ilustrem a complexidade dos processos de constituição dos arquivos e a relação estabelecida entre os documentos e as suas entidades produtoras de forma a evitar imprimir na inteligibilidade dos acervos lógicas factícias” (Nóvoa, 2013: 363).

Na mesma linha, para Silva *et al.* “subordinar ao geral os casos particulares” representa um “obstáculo à construção da cientificidade arquivística, porque desprezam o conhecer, o indagar, o interpretar” (Silva *et al.*, 2002: 223); e Camargo afirma que “Se a utilização de rótulos universais para a caracterização desses arquivos prepara perigosas armadilhas para os profissionais que deles se servem – colocando num mesmo plano espécies, formas, gêneros, assuntos e formatos –, tem ainda mais dois efeitos perversos: compromete sua organicidade e sinaliza a renúncia ao carácter probatório que sua funcionalidade originária lhes proporciona” (Camargo, 2009: 31).

Armando Malheiro da Silva sugere a utilização de secções associadas a fases psicossomáticas de desenvolvimento humano, subdivididas depois “em rubricas naturais” com base em cada atividade dos indivíduos (Silva, 1997: 100-105). Para o autor citado, os diferentes momentos da vida são: a infância, a adolescência, a juventude e adultez ou velhice (Silva, 2004: 78).



Por este motivo, reconhece-se que a classificação, aqui entendida “como instrumento de organização, representação e recuperação da informação” (Ribeiro, 2013: 531), obedece ao critério orgânico-funcional por ser aquele que promove uma aproximação mais real ao contexto de produção da informação. Para esta concretização foi fundamental o estudo biográfico e genealógico o que facilitou a compreensão dos fluxos informacionais.

Assim, procurou-se fazer corresponder a cada secção informação produzida no âmbito de determinada função. Verifica-se que, públicos ou privados, “os arquivos são evidências das transações da vida humana, seja ela organizacional, e por conseguinte oficial, seja individual, e portanto pessoal” (Cook, 1998: 131).

### 3. A FAMÍLIA OLIVEIRA PIMENTEL

Neste ponto apresenta-se uma breve nota biográfica de cada um dos membros da Família Oliveira Pimentel representados na documentação agora tratada. Por facilidade de consulta, estão listados alfabeticamente pelo primeiro nome.

**Ana Benedita de Oliveira Pimentel** filha de João Carlos de Oliveira Pimentel e D. Violante Engrácia da Silva Torres. Viveu solteira até 1835, ano em que casou com o juiz de Direito em Moncorvo, Francisco Janine de Castro, aos 50 anos de idade.

**António José Claudino de Oliveira Pimentel** filho de João Carlos de Oliveira Pimentel e D. Violante Engrácia da Silva Torres. Nasceu em 1776. Seguiu a carreira militar, foi promovido a brigadeiro e nomeado capitão general de Mato Grosso. Foi nomeado governador militar da província de Trás-os-Montes. General.

**Cândido Augusto de Oliveira Pimentel** filho de Luís Cláudio, 1.º visconde de Vila Maior, e de D. Angélica Teresa. Nasceu no dia 28 de agosto de 1808.

**Francisco Manuel de Borja de Oliveira Pimentel** Filho de Francisco de Oliveira Rego e de D. Antónia Teresa de Pimentel. Pai, de primeiro casamento, de António Bernardo, Lourenço António, José Porfírio (alferes de cavalaria n.º 6), Manuel António (major de infantaria n.º 6) e de Antónia Bernarda.

**Francisco Manuel Justiniano de Oliveira Pimentel** filho de João Carlos de Oliveira Pimentel e D. Violante Engrácia da Silva Torres. Eclesiástico. Nasceu em 1772,

**João Carlos de Oliveira Pimentel** nasceu cerca de 1740. Filho de Francisco de Oliveira Rego e de D. Antónia Teresa de Pimentel. Irmão de Luís António, Francisco Manuel de Borja e D. Maria Joaquina. Casou com D. Violante Engrácia da Silva Torres. Tiveram como filhos Luís Cláudio, Francisco Manuel Justiniano, António José Claudino, José Luís Henriques, Sebastião José, Maria Caetana, Mariana Vitória, Teresa Carolina, Engrácia Eugénia e Ana Benedita. Foi nomeado capitão mor das milícias do conselho a 8 de janeiro de 1815. Pertencia-lhe a ermitania da capela da Senhora da Esperança.

**Jorge Artur de Oliveira Pimentel** filho de Luís Cláudio, 1.º visconde de Vila Maior, e de D. Angélica Teresa de Sousa Cardoso Pimentel Machado. Nasceu em a 25 de março de 1811.

**José Luís Henriques de Oliveira Pimentel** filho de João Carlos de Oliveira Pimentel e D. Violante Engrácia da Silva Torres. Casou com Joana Bárbara.

**Júlio Máximo de Oliveira Pimentel** filho de Luís Cláudio, 1.º visconde de Vila Maior, e de Angélica Teresa de Sousa Cardoso Pimentel Machado. Nasceu a 5 de outubro de 1809 e morreu a 20 de outubro de 1884. Casou com Sofia do Roure Auffdiener e teve dois filhos: Júlia Emília, marquesa de Belas e condessa de Pombeiro, e Emílio Cláudio. 2.º Visconde de Vila Maior.

**Justiniano Claudino de Oliveira Pimentel** filho de Luís Cláudio, 1.º visconde de Vila Maior, e de D. Angélica Teresa.

**Luís Cláudio de Oliveira Pimentel** filho de João Carlos de Oliveira Pimentel e D. Violante Engrácia da Silva Torres. Nasceu em 1772. Casou a 29 de janeiro de 1804 com D. Angélica Teresa de Sousa Cardoso Pimentel Machado, filha de Manuel Lopes de Sousa, monteiro-mor de Carrazeda de Ansiães, e de D. Maria José Cardoso Pimentel, de Castel do Tua. Tiveram como filhos: João Carlos, Justiniano Claudino, Cândido Augusto, Júlio Máximo, Jorge Artur, Alexandre, Violante e António Claudino. Foi governador civil de Viana do Castelo entre 1835-1836.

**Maria Joaquina de Oliveira Pimentel.**

**Umbelina Rita de Oliveira Pimentel.**

**Violante Engrácia da Silva Torres.** Filha do capitão de granadeiros José Manuel da Silva e de D. Ana Maria dos Santos Torres. Casou com João Carlos de Oliveira Pimentel. Tiveram como filhos Luís Cláudio, Francisco Manuel Justiniano, António José Claudino, José Luís Henriques, Sebastião José, Maria Caetana, Mariana Vitória, Teresa Carolina, Engrácia Eugénia e Ana Benedita. Morreu em 1842.

#### 4. O ARQUIVO DA FAMÍLIA OLIVEIRA PIMENTEL

No Arquivo da Família Pimentel foi elaborada uma nota genealógica dos familiares de que se encontrou documentação (14 familiares/secções) e ainda a descrição da Comenda de Santa Maria e Casa de Nogueira. A documentação foi acondicionada em capilhas individuais com a respetiva identificação (código de referência, título, data) e em caixas de arquivo, também devidamente identificadas. Para cada familiar, fez-se a identificação de séries documentais, ordenadas alfabeticamente, com descrição ao nível do documento simples e associação dos objetos digitais respetivos.

A descrição arquivística da Família Oliveira Pimentel está acessível no link: <http://pesquisa.auc.uc.pt/details?id=286532> e a do arquivo do 2.º Visconde de Vila Maior está acessível no link: <http://pesquisa.auc.uc.pt/details?id=286505>, ambas alojadas na plataforma de descrição online do Arquivo da Universidade de Coimbra.

Os documentos pertencentes à família Oliveira Pimentel foram alvo de restauro, num total de 408 documentos que se encontravam em mau estado de conservação. De acordo com o relatório de conservação e restauro, 192 documentos encontravam-se em péssimo estado de conservação, 145 em mau estado de conservação, e 75 em razoável estado de conservação. Ao todo foram intervencionadas 3.378 páginas.

Entre a documentação encontram-se, por exemplo, breves de indulgências, certidões de missa, conciliações, confissões de dívidas, conhecimentos, contas correntes, contratos de arrendamento, correspondência recebida, despesas, diplomas, escrituras, inventários de partilhas, pagamento de foros, pareceres judiciais, petições, procurações, recibos, sentenças, testamentos.

## 5. QUADRO DE CLASSIFICAÇÃO DA FAMÍLIA OLIVEIRA PIMENTEL

Sistema de Informação – Família Oliveira Pimentel

Secção 1 – João Carlos de Oliveira Pimentel c. c. Violante Engrácia da Silva Torres

Subsecção 1.1 – João Carlos de Oliveira Pimentel

Subsecção 1.2 – Violante Engrácia da Silva Torres

Subsecção 1.3 – Francisco Manuel Justiniano de Oliveira Pimentel (filho)

Subsecção 1.4 – António José Claudino de Oliveira Pimentel (filho)

Subsecção 1.5 – José Luís Henriques de Oliveira Pimentel (filho)

Subsecção 1.6 – Ana Benedita de Oliveira Pimentel (filha)

Subsecção 1.7 – Francisco Manuel de Borja de Oliveira Pimentel (irmão)

Secção 2 – Luís Cláudio de Oliveira Pimentel c. c. Angélica Teresa de Sousa Cardoso Pimentel Machado

Subsecção 2.1 – Luís Cláudio de Oliveira Pimentel

Subsecção 2.2 – Angélica Teresa de Sousa Cardoso Pimentel Machado

Subsecção 2.3 – Justiniano Claudino de Oliveira Pimentel (filho)

Subsecção 2.4 – Cândido Augusto de Oliveira Pimentel (filho)

Subsecção 2.5 – Jorge Artur de Oliveira Pimentel (filho)

Subsecção 2.6 – Maria Joaquina de Oliveira Pimentel (filha)

Subsecção 2.7 – Umbelina Rita de Oliveira Pimentel (filha)

Secção 3 – Júlio Máximo de Oliveira Pimentel c. c. Sofia do Roure Auffdiener

Subsecção 3.1. – Júlio Máximo de Oliveira Pimentel

Secção 4 – Casa de Nogueira

Secção 5 – Comenda de Santa Maria

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A classificação dos arquivos pessoais e familiares, tal como a classificação em arquivos institucionais, deve assentar em princípios de cientificidade e metodologias que aproximem o contexto de produção à realidade informacional de cada indivíduo, família ou organismo. Para isso, reconhece-se a importância dos estudos biográficos e genealógicos, reveladores de uma realidade única, que não se coaduna com classificações apriorísticas.

Paralelamente, identifica-se a coexistência de informação pública e privada, geradas por pessoais singulares no âmbito das suas funções, e que complementam a informação existente em entidades institucionais.

Admite-se que é fundamental legislar e regular a incorporação de arquivos privados, pessoas e/ou familiares nos serviços públicos de arquivo e/ou de biblioteca.

A descrição e disponibilização e acesso a arquivos pessoais e familiares é, no nosso entender, da maior relevância para a compreensão do processo histórico e da memória coletiva comum.

Conclui-se que os arquivos pessoais e familiares são simultaneamente património e testemunho, têm valor de prova e informativo, fundamentais para a memória coletiva.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARRETT, C. (2013), “Respect Which Fonds? Personal Archives and Family Businesses in Nova Scotia”. *Archivaria* 76 (Fall), 75-92.
- BELLOTTO, H. L. (1998). “Arquivos pessoais em face da teoria arquivística tradicional: debate com Terry Cook”. *Estudos Históricos* [em linha]. Vol. 11, n.º 21, 201-207. Disponível em: URL: <http://biblioteca.digital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/download/2063/1202>.
- CAMARGO, A. M. A. (2009). “Dossiê Arquivos pessoais são arquivos”. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, 27-39.
- COOK, Terry (1998). “Arquivos Pessoais e Arquivos Institucionais: para um Entendimento Arquivístico Comum da Formação da Memória em um Mundo Pós-Moderno”. *Estudos Históricos*, Vol. 21, 129-149.
- GARCIA, M. M. A. M. M. (1998). “Os Documentos Pessoais no Espaço Público”. *Estudos Históricos* (21), 175-187.
- LIMA, Luís F. H (2015). *Estratégias de classificação dos arquivos familiares e pessoais contemporâneos: o exemplo do arquivo da família Benito Maçãs* [em linha]. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Tese de Mestrado. Disponível em: URL: <http://hdl.handle.net/10362/17163>.
- MOTA, Guilhermina (2012). “O Visconde de Vila Maior: alguns apontamentos sobre a sua vida e ação”. Separata da *Biblos*, Vol. X (2.ª série). Faculdade de Letras – Coimbra, 245-292.
- PIMENTEL, J. M. O. (2014). *Memórias – Visconde de Vila Maior*. A. Fernandes, Prefácio e Transcrição; M. P. Q. Bastos, Introdução. Coimbra: Palimage.
- PINTO, A. F. (1872). “Viscondes de Vila Maior”. *O Instituto*. Coimbra, XVI, 166 e ss.
- PEIXOTO, P. A. (2000). “A aplicação das ISAD(G) aos arquivos de família”. *Páginas a&b* (4), 55-70.
- RIBEIRO, F. (1998). “O uso da classificação nos arquivos como instrumento de organização, representação e recuperação da informação”. In *Atas Informação e/ou Conhecimento: as duas faces de Jano. I Congresso ISKO Espanha e Portugal XI Congresso ISKO Espanha 7 a 9 de novembro*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto CETAC.MEDIA, 528-539. Disponível em: URL: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/69659/2/fernandaribeirusoclassificacao000212002.pdf>.
- RIBEIRO, F. (1998). *O acesso à informação nos arquivos* [em linha]. Porto: Oficina Gráfica da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de doutoramento. Disponível em: URL: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo1661.PDF>.
- ROSA, M. L. (org.) (2012). *Arquivos de família, séculos XIII-XX: que presente, que futuro?* Coleção Estudos 3. IEM – Instituto de Estudos Medievais; CHAM – Centro de História de Além-Mar; Caminhos Romanos.
- ROSA, M. L. (2013). “Arquivos de Família — o que são, para que servem, como preservá-los e estudá-los. In: *Actas 3.º CONGRESSO CASA NOBRE – Um património para o futuro*. Arcos de Valdevez: Município de Arcos de Valdevez, 315-323.
- ROSA, M. L. (2009). “Problemáticas históricas e arquivísticas actuais para o estudo dos arquivos de família portugueses (Épocas Medieval e Moderna)”. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 9, 9-42. Disponível em: URL: <http://hdl.handle.net/10316.2/39576>.

- SAMBADE, C. (2013). “Os *Oliveira de Pimentel* de Moncorvo: notas para um memorial”. *Revista CEPIHS* (Centro de Estudos e Promoção da Investigação Histórica e Social), 3, 41-49.
- SILVA, A. M. D. (2017). “«De Vossa Excelência admirador e servo humilde». Catálogo da Correspondência recebida de Júlio Máximo de Oliveira Pimentel, 2.º Visconde de Vila Maior (1851-1884)”. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, [s.l.], v. 30, pp. 161-374. ISSN 2182-7974. Disponível em: <<http://impactum-journals.uc.pt/boletimauc/article/view/4057>>.
- SILVA, A. M. (2004). “Arquivos familiares e pessoais. Bases científicas para aplicação do modelo sistémico e interativo”. *Revista da Faculdade de Letras Ciências e Técnicas do Património* Porto, 1.ª Série, vol. III, 55-84. Disponível em: URL: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4083.pdf>.
- SILVA, A. M. (1997). “Arquivos de família e pessoais: bases teórico metodológicas para uma abordagem científica” [em linha]. In: *Seminário sobre arquivos de família e pessoais*. Vila Real: Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, 51-106. Disponível em: URL: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/52233>.
- SILVA, A. M.; RIBEIRO, F. (2002). *Das “Ciências” Documentais à Ciência da Informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*. Porto: Edições Afrontamento. (Biblioteca das Ciências do Homem. Plural; 4).
- SILVA, A. M.; RIBEIRO, F.; RAMOS, J.; REAL, M. L. (1999). *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*. 1.ª ed. Porto: Edições Afrontamento. (Biblioteca das Ciências do Homem. Plural; 2).
- SIMÕES, M. G.; FREITAS, M. C. V. (2013). “A classificação em arquivos e em bibliotecas à luz da teoria da classificação: pontos de convergência e de divergência”. *PontodeAcesso*. Revista do Instituto de Ciência da Informação da UFB. [em linha]. Vol. 7, n.º 1, 81-115. Disponível em: <URL: [http://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/11833/1/Simoes\\_Freitas\\_PA\\_2013.pdf](http://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/11833/1/Simoes_Freitas_PA_2013.pdf)>.
- “Vila Maior (viscondes)” (1989). In: ZUQUETE, A. E. M. (dir., coord. e compil.). *Nobreza de Portugal e do Brasil*. Lisboa-Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia.

### Recursos eletrónicos:

Farrapos da Memória: <http://lelodemoncorvo.blogspot.pt/2013/04/visconde-de-vila-maior.html>.

